

Originalmente para: II Encontro Nacional de Investigação em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração.
E publicada em: Leitura, Literatura Infantil e Ilustração. Investigação e Prática Docente 2. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho (ISBN 972-98757-4-X).

A crítica literária de literatura infantil e as escolhas do público

Leonor Riscado

RESUMO

O público leitor de Literatura Infantil não é responsável pela selecção e aquisição de livros, deixando aos adultos essa tarefa. Assim, pais, professores, animadores, bibliotecários e livreiros necessitam de possuir instrumentos de referência para as suas escolhas. A informação crítica de qualidade, que surgia com carácter pontual, em Portugal, em publicações periódicas, vê-se agora acompanhada por recensões em revista especializada, procurando fornecer a potenciais interessados leituras fundamentadas que têm sempre em atenção o trabalho de recepção do jovem leitor.

Começamos a nossa intervenção, partilhando convosco algumas questões que nos parecem prementes e cujas respostas, de acordo com observações realizadas *in loco*, nem sempre se nos afiguram fáceis ou agradáveis.

O que lêem as nossas crianças em geral? O que é que as livrarias lhes destinam? Que livros têm à sua disposição em casa, nos jardins de infância e nas escolas do 1º ciclo do ensino básico? Quais são os critérios de selecção do *corpus* textual destinado aos mais jovens? Quem são os responsáveis por essa selecção?

Se atentarmos na primeira questão – o que lêem as crianças em geral – deparamos com um panorama não muito animador; na maior parte dos casos, o livro enquanto artefacto e obra de arte, é substituído, nas preferências do público, pelo material vídeo, de mais fácil consumo e digestão e, quando se trata do livro, ele mesmo, a fatia preferida é a dos sucedâneos dos vídeos, em edições importadas e pessimamente traduzidas, às vezes, cretinizantes, com ilustrações confrangedoras e de enorme mau-gosto, ultrapassando o pior do *kitsch*.

Passando à segunda pergunta – o que é que as livrarias lhes destinam – encontramos perante uma oferta múltipla e diversificada, porque a produção de livros para crianças é, actualmente, muito grande; mas – foi intencional a utilização da designação “livros para crianças” – o que é facto é que grande parte dessa produção não pode, de forma alguma, inserir-se na literatura (a não ser entendida à estreita luz da sua etimologia). De

entre uma oferta considerável em termos de quantidade, imperam os livros comerciais, com ilustrações que cegam pela exuberância das formas, das linhas e das cores, em suma, pelo exagero e falta de qualidade estética; quanto aos textos, eles são, por vezes, de uma pobreza confrangedora no que diz respeito à efabulação, com recurso frequente a moralidades desadequadas e passadistas e, quanto à linguagem utilizada, revelam uma enorme infantilização. Recentemente, tem-se também verificado a tendência para considerar o livro ilustrado destinado a *tutti quanti*, (“desde os oito aos oitenta e oito anos”) com um total desrespeito pelo *constituendum* que é a criança. O livro de qualidade em termos literários e estéticos, no meio desta profusão livreira, dilui-se e quase se apaga.

Ao interrogarmo-nos agora sobre os livros de que as crianças dispõem em casa, nos jardins-de-infância e nas escolas do 1º ciclo do ensino básico sou forçada a testemunhar, a partir da observação no terreno, que as situações são, obviamente variáveis, que cada caso é um caso; mas, tendo em conta a generalidade, os livros da exclusiva propriedade da criança, em casa, são poucos, nem sempre diversificados do ponto de vista dos géneros literários, escasseando, normalmente, a poesia e o teatro, dominando a narrativa e o texto informativo (às vezes já bastante desactualizado). Nos jardins de infância a exiguidade do cantinho da biblioteca, a pobreza dos títulos de literatura infantil e a sua enorme falta de actualidade, com predomínio das colecções DISNEY e sucedâneos, ANITAS e ABC’s, fazem com que nos interroguemos sobre o imenso tédio que às crianças está reservado e sobre a absoluta impossibilidade de despertarem para a beleza mágica da palavra e da imagem convocadoras de outros mundos.

Se pensarmos nos critérios de selecção do acervo de livros para os mais novos deparamos, às vezes, com uma quase total ausência de critérios, sendo os livros escolhidos mais em função das capas e dos títulos do que propriamente dos conteúdos; e aqui podem entrar ainda em linha de conta factores economicistas que em nada contribuem para melhorar o estado de coisas.

Quanto à responsabilidade da selecção, ela é partilhada um pouco pelos pais, educadores, professores e livreiros ou vendedores ambulantes de editoras, o que acaba por ter um efeito perverso na medida em que há uma diluição de efectiva responsabilização de cada um dos agentes; por vezes ainda, surge um coro de desculpas consubstanciado na afirmação decisiva “mas as crianças gostam!”.

Face a esta situação, torna-se urgente que todos aqueles que têm um papel importante na formação das crianças se consciencializem de que a **qualidade** da Literatura Infantil é um elemento fulcral para a modelagem e construção de futuros adultos empenhados, questionadores, imaginativos, interventivos. É também urgente que subam a sua fasquia de exigência em relação às enormes catadupas de livros para crianças que o mercado livreiro constantemente disponibiliza (sobretudo em épocas festivas, como o Natal); para tanto é preciso, sobretudo, *ter tempo* e ter disponibilidade para aprender a olhar para os livros “*com olhos de ver*”, para começar a descobrir o que se encontra por trás de uma primeira observação ou leitura, para comparar textos e ilustrações, *para conhecer verdadeiramente os livros*; mas é preciso, antes de mais, um suporte informativo credível, fornecido por uma crítica de Literatura Infantil, especializada e independente que, entre nós, ao contrário de países como a Alemanha, a Inglaterra ou a França, não tem propriamente uma tradição.

Nos anos 80, os importantíssimos trabalhos de Natércia Rocha e Maria Laura Bettencourt Pires vieram dar frutos, através da edição da BREVE HISTÓRIA DA LITERATURA PARA CRIANÇAS EM PORTUGAL e da HISTÓRIA DA LITERATURA INFANTIL PORTUGUESA, respectivamente.

Nos anos 90, uma série de ensaios resultantes de teses de Mestrado foi um marco a nível da divulgação crítica da Literatura Infantil assim como de alguns autores e respectivas obras. Registam-se os casos, entre outros, de UM CONTINENTE POÉTICO ESQUECIDO – AS RIMAS INFANTIS (1992), de Maria José Costa; O FIO DA MEMÓRIA – DO CONTO POPULAR AO CONTO PARA CRIANÇAS (1992), de Maria Emília Traça; A POESIA NA LITERATURA PARA A INFÂNCIA (1993), de José António Gomes; AQUILINO RIBEIRO PARA CRIANÇAS – IMAGINÁRIO E ESCRITA(1994), de Rui Marques Veloso; AS FADAS NÃO FORAM À ESCOLA (1994), de Maria Augusta Seabra Dinis; A LITERATURA PARA CRIANÇAS E JOVENS EM IRENE LISBOA (1994), de Violante Florêncio; LER SOPHIA (1995), de Marta Martins e NO REINO DAS FADAS (1997), de Conceição Costa.

Alguns ensaios de Literatura Infantil, da autoria de Américo António Lindeza Diogo, José António Gomes, Glória Bastos, Francesca Blockeel foram entretanto sendo publicadas, dando ao público perspectivas mais abrangentes e críticas da Literatura Infanto-Juvenil em Portugal desde as origens até – quase – aos nossos dias.

Em Portugal, contudo, a divulgação do livro infantil é ainda hoje, efectuada, sobretudo, a partir dos catálogos das editoras, a que nem sempre presidem critérios de gosto e qualidade, encontrando-se, de forma esporádica, em publicações para pais e filhos (quase sempre sob a forma de notas de *marketing*) ou em jornais diários (PÚBLICO) e semanários (EXPRESSO), com uma periodicidade variável; as publicações culturais (JL) relegam a Literatura Infantil para um lugar bastante secundário, limitando-se, na maior parte dos casos, a breves notas informativas, raramente lhe destinando um caderno ou uma reflexão mais profunda.

Ressalte-se a excepção representada pela revista trimestral MALASARTES (Cadernos de Literatura para a Infância e a Juventude), coordenada por José António Gomes e Maria Elisa Sousa, com direcção artística de António Modesto, surgida em Novembro de 1999. Apresentando, por norma, perfis de escritores e ilustradores de Literatura Infanto-Juvenil, desenvolvendo temas afins, reflectindo sobre práticas pedagógicas, esta revista constitui, no actual panorama crítico da Literatura para crianças, uma das poucas reflexões escritas sérias sobre o assunto; nela vamos encontrar também secções de leituras e resenhas críticas assim como listagens de livros recentes e acontecimentos relacionados com a Literatura Infantil.

Relembre-se a este propósito, também o papel importante desempenhado pelos Balanços Literários do Ano apresentados, durante algum tempo na COLÓQUIO/LETRAS por Natércia Rocha e aqueles que, nos anos mais recentes, foram apresentados na revista VÉRTICE, por Matilde Rosa Araújo, Violante Florêncio e José António Gomes.

Quanto a selecções de livros infantis é de salientar o esforço desenvolvido conjuntamente pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas que se traduziu na publicação, por exemplo, de “Sugestões de Leitura”, no âmbito da Literatura para a Infância e a Juventude, realizadas por José António Gomes e Isabel Ramalheite em 1997, com indicação de livros para crianças de faixas etárias desde os

três anos até aos treze; já em 2001, Ana Maria Magalhães optou por apresentar, não uma selecção, mas todas as obras publicadas pela primeira vez em Portugal entre 1999 e Abril de 2001, numa brochura a que deu o título de “A literatura infanto-juvenil na viragem do século”.

A tudo isto acresce, contudo, uma enorme necessidade de estudos teóricos no que diz respeito à poética do álbum, do *picture story book* ou até mesmo da narrativa juvenil; urge uma reflexão sobre o papel da imagem, que é uma componente importantíssima no todo narrativo do livro de Literatura Infantil, em particular, e no livro para crianças, em geral. E é, talvez, a este nível que mais se faz sentir a necessidade da crítica, de forma a permitir guiar e orientar escolhas, a “separar o (relativamente pouco) trigo do (muito) joio”.

Tendo em conta que o mercado influencia a criação de Literatura Infantil e vice-versa, verificamos que o nível médio de qualidade do livro infantil tende a baixar em vez de se aprimorar o que, por sua vez, vai, em consequência, impossibilitar o aumento de exigência do público, entrando-se num círculo vicioso em que o grande perdedor é a criança.

Face a este estado de coisas, impõe-se uma reflexão conjunta sobre a importância e as responsabilidades da crítica neste domínio. O livro para crianças – porque elas são um destinatário específico, com lacunas e em vias de formação da sua personalidade – tem de ser visto como um objecto importante e não como qualquer coisa supérflua e acessória.

Julgo ser altura de re-analisar as ideias de que a Literatura Infantil é uma literatura *light* ou ainda a de que a Literatura Infantil é um bom veículo de transmissão de conhecimentos e de saberes. É também chegado o momento de encarar o livro para crianças – desde o álbum puro ao livro de literatura ilustrado – como obras de arte, com objectivos sobretudo lúdicos e estéticos. Daí a importância da crítica realizada por pessoas com formação nas várias áreas do saber, desde a Psicologia à Linguística, passando pela Literatura e pela Arte, de modo a sopesarem, fundamentadamente e sem “impressionismos”, a qualidade das obras ao seu dispor, chamando a atenção para a necessidade de adequar textos e ilustrações às várias fases de desenvolvimento da criança, imergindo-a em sucessivos “banhos de linguagem e de imagem” mas, também e sobretudo, de imaginação e bom gosto. Não se trata, como é óbvio, de as envolver em nuvens de algodão e de as alienar da realidade envolvente, subtraindo-as ao que a vida tem de mau. Trata-se, isso sim, de as preparar para, de acordo com as suas diversas capacidades de compreensão, encararem o mundo e se integrarem nele, de pleno direito e de as tornar aptas a fazerem distinções entre a qualidade e a sua ausência, de as tornar sensíveis e dotadas de bom gosto. Mas é necessário guiá-las e conduzi-las com mão sábia, nessa caminhada do conhecimento.

Recordo com frequência, a este propósito, François Ruy Vidal quando dizia que “as crianças não são imbecis” e também Eça de Queiroz que comentava na sua saborosíssima ironia como “a criança portuguesa é excessivamente viva, inteligente, imaginativa”, não deixando, contudo, de acrescentar “Em geral, nós outros, os Portugueses só começamos a ser idiotas quando chegamos à idade da razão”.

E parece que às vezes assim é na medida em que, cegos perante as evidências e surdos face à voz da crítica, os adultos teimam em se desresponsabilizar e se demitir do seu papel

de pedagogos, voltando ao velho *leit-motiv* “Mas as crianças gostam!”. Esquecem-se eles de que as crianças só poderão educar o gosto se forem expostas a múltiplas experiências estéticas e que evidentemente ainda não têm o conhecimento do mundo, da linguagem, da Arte que lhes permita uma selecção de qualidade.

A nível dos textos clássicos de Perrault, Grimm, Andersen, Lewis Carroll e tantos outros, torna-se cada vez mais urgente, perante a multiplicidade de ofertas por parte das editoras, seleccionar criteriosamente textos traduzidos e ilustrações para poder levar a criança ao contacto, o mais possível directo, com as obras de arte da literatura e não com versões truncadas e ilógicas que fazem com que a beleza do texto inicial desapareça por completo.

A nível das traduções, em geral, de textos de Literatura Infantil contemporânea, a multiplicidade de ofertas nem sempre satisfaz os critérios de qualidade porque é necessário um enorme cuidado, não apenas para manter a integridade do texto de origem mas para também respeitar o estilo e o ritmo.

A nível dos textos surgidos recentemente em Portugal, no âmbito da narrativa, da poesia ou do teatro, a profusão de autores e, em alguns casos, a multiplicidade das suas produções nem sempre permite o necessário *labor limae* que os tornem contributos válidos para a Literatura Infantil actual.

Por tudo isto, é importante rever o papel da crítica de Literatura Infantil na medida em que, com mais avaliações cuidadas e criteriosas dos livros para crianças efectuada por equipas de especialistas, ganhariam todos os intervenientes neste processo. Os autores e ilustradores procurariam aperfeiçoar as suas técnicas, de molde a produzirem obras de excepção, não se contentando com a mediocridade; as editoras tornar-se-iam mais credíveis ao desaparecer tanta poluição causada por estreantes pouco dotados ou pseudo-escritores persistentes que, para seu próprio gáudio, se encontram agora nos *tops* de vendas; os livreiros seriam mais conselheiros especializados e menos vendedores de “banha da cobra”; os pais, os educadores, os professores e animadores sentir-se-iam mais apoiados nas suas escolhas; e no fim de toda esta cadeia, *last but not the least*, o destinatário privilegiado do livro – a criança – poderia enfim considerar chegada a bem merecida hora do triunfo, com o reconhecimento do seu estatuto de leitor de pleno direito para o qual só o melhor é bom.

Braga, 20 de Novembro de 2001